



Os deputados também aprovaram o projeto que tipifica o crime de terrorismo e prevê pena de reclusão de 12 a 30 anos; destaques ao texto ainda serão analisados

Votação da reforma política é concluída

O Plenário aprovou, em 2º turno, doações de empresas para partidos, e de pessoas físicas para candidatos e partidos

Com a aprovação do financiamento privado de campanhas políticas, os deputados concluíram a votação da PEC da Reforma Política (182/07). O texto obteve 317 votos a favor e 162 contrários e, agora, será envia-

do à análise do Senado. Houve polêmica no Plenário entre deputados favoráveis ao financiamento público, os que queriam doações de empresas também a candidatos e os favoráveis ao texto aprovado. | 3

Relator apresenta proposta de Lei de Responsabilidade das Estatais | 8

Petrobras confirma investimentos de R\$ 400 bilhões em quatro anos | 7

CPI dos Fundos de Pensão elege presidente e vices e define relator | 8

Frente parlamentar defende mudança gradual para o parlamentarismo | 6



Congressistas apoiam projetos de interesse de trabalhadoras rurais

A 5ª Marcha das Margaridas reuniu milhares de trabalhadoras rurais e sindicalistas e recebeu homenagem no Congresso, onde deputados e senadores cobraram o combate à violência contra a mulheres. | 4

Deputados lembram um ano da morte do ex-governador Eduardo Campos

Sessão solene homenageou ex-deputado e candidato à Presidência morto em acidente aéreo

A Câmara homenageou ontem o ex-deputado e ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, morto em acidente aéreo há um ano, em meio à campanha eleitoral à Presidência da República.

O presidente Eduardo Cunha, ao lado da viúva, Renata Campos, e da mãe de Eduardo, ministra Ana Araes, disse que a morte prematura do político abortou o crescimento de um dos melhores quadros do Brasil. “Foi uma das maiores perdas que poderíamos ter para o futuro do País. Mas suas ideias continuaram a contribuir para o nosso desenvolvimento.”

Luiz Lauro Filho (PSB-SP), autor do pedido de homenagem, lembrou o lema de campanha de Eduardo Cam-



Zeca Ribeiro

Eduardo Cunha, deputados e família de Campos, na sessão solene

pos, “não vamos desistir do Brasil”, e disse que o ex-governador deixou o exemplo de suas atitudes e de suas obras.

Fernando Coelho Filho (PSB-PE) elogiou a capaci-

dade de Campos de unir os pensamentos mais diferentes e disse que ele faz muita falta em meio à crise que o País atravessa. “Era nestes momentos mais difíceis que sabia agir.” Heráclito Fortes

(PSDB-PI) recordou uma das observações feitas por Campos: “Nós temos que discutir o futuro porque é lá que vamos viver para sempre”. Fortes homenageou também o ex-deputado Pedro Valadares Filho, que assessora-va Campos, e os demais que morreram no acidente.

Representando a família, o filho de Eduardo, João Campos, disse que muitos perguntam o que seu pai faria hoje, e respondeu que ele pediria para que não deixassem de acreditar na força do povo e não perdessem a crença no Brasil. Presentes à sessão, os governadores do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e de Pernambuco, Paulo Câmara, ambos do PSB, lembraram a capacidade de diálogo de Eduardo Campos.

DEBATE

Cedes discute segurança em audiência no Rio

A segurança pública é um desafio, um assunto de Estado e não de governo, afirmou o presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara (Cedes), deputado Lúcio Vale (PR-PA), em reunião sobre o estudo “Segurança Pública no Brasil: um sistema nacional pactuado”, realizada no dia 10, no Rio de Janeiro. Participaram do evento mais de 15 especialistas na área, dois relatores do estudo, deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Ronaldo Benedit (PMDB-SC), e os deputados Dr. João (PR-RJ) e Chico D’Angelo (PT-RJ).

Paulo Teixeira explicou que a escolha do Rio para a primeira reunião temática do Cedes fora da Câmara não foi mero acaso. “Além dos avanços observados, há uma reflexão muito rica sobre o tema nesta capital”. Dr. João disse que o índice de criminalidade na Baixada Fluminense é seis vezes maior do que a média tolerada mundialmente.

Chefe de gabinete do Comandante da Polícia Militar do Rio, o coronel Ibis Silva Pereira informou que 60 mil pessoas são assassinadas por ano. “Isso beira a barbárie.” João Trajano Sento Sé, coordenador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, defendeu um trabalho em conjunto no setor.

Para Lúcio Vale, as ideias apresentadas são de extrema relevância para embasar os estudos sobre o tema.



» Assistência social

A Comissão de Seguridade Social promove seminário sobre “10 anos do Sistema Único de Assistência Social”. Auditório Nereu Ramos, 9h

» Ensino superior

A Comissão de Educação debate Indicadores de Avaliação e Qualidade da Educação Superior. Plenário 10, 9h30

» CPI da Petrobras

Reunião para depoimentos sobre a Operação Lava Jato. Local a definir, 10h

» Saneamento rural

Audiência das comissões de Meio Ambiente; e de Agricultura para discutir saneamento ambiental ru-

ral. Plenário 6, 10h

» Plano de educação

As comissões de Finanças e Tributação; e de Educação discutem projeções de financiamento do Plano Nacional de Educação. Plenário 4, 10h

» Gás natural

A Comissão de Minas e Energia debate a construção do gasoduto do Sistema de Escoamento e Tratamento de Gás Natural denominado Rota 4. Local

a definir, 10h

» Comércio de armas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional discute mensagem do Executivo sobre o Tratado relativo a Comércio de Armas, assinado pelo Brasil. Local a definir, 10h



Leia a agenda completa no celular

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 55ª Legislatura

Presidente: **Eduardo Cunha (PMDB-RJ)**

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente
Giacobo (PR-PR)

1º Secretário
Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário
Felipe Bornier (PSD-RJ)

3ª Secretária
Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4º Secretário
Alex Canziani (PTB-PR)

Suplentes:
Mandetta (DEM-MS)

Gilberto Nascimento (PSC-SP)

Luiza Erundina (PSB-SP)

Ricardo Izar (PSD-SP)

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: **Cleber Verde (PRB-MA)**

Diretor-Executivo: **Sérgio Chacon**

Diretor de Mídias Integradas

Pedro Noieto

Coordenador de Jornalismo

Wilson Silveira

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

(61) 3216-1500

secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Ralph Machado

Diagramadores

Gilberto Miranda

Renato Palet

Roselene Guedes

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
José Carlos Araújo (PSD-BA)

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos
Lúcio Vale (PR-PA)

Corregedor Parlamentar
Carlos Manato (SD-ES)

Procurador Parlamentar
Claudio Cajado (DEM-BA)

Ouvidor Parlamentar
Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Coordenadora dos Direitos da Mulher
Dâmina Pereira (PMN-MG)

Procuradora da Mulher
Elcione Barbalho (PMDB-PA)

Secretário de Relações Internacionais
Átila Lins (PSD-AM)

Diretor-Geral: **Rômulo de Sousa Mesquita**

Secretário-Geral da Mesa: **Sílvio Avelino**

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA)



Papel procedente de florestas plantadas



Leia esta edição no celular

Plenário aprova financiamento empresarial

Conforme a proposta, empresas poderão fazer doações eleitorais a partidos; texto da reforma política vai ao Senado

O Plenário da Câmara aprovou ontem, em segundo turno, o financiamento de campanhas com doações de pessoas físicas a candidatos e a partidos e de empresas a partidos. Esta foi a última votação em segundo turno da proposta de emenda à Constituição da reforma política (PEC 182/07).

O texto foi aprovado por 317 votos a 162. No primeiro turno, a matéria foi aprovada por 330 votos a 141. A PEC será enviada ao Senado.

Ao incluir a norma na Constituição, os deputados esperam acabar com a polêmica ação de inconstitucionalidade que questiona a doação de empresas a campanhas eleitorais e que já teve votação da maioria do Supremo Tribunal Federal.

“Ou esta Casa define o modo de financiamento ou abre mão de suas prerrogativas e deixa o Supremo decidir”, disse o líder do PMDB, Leonardo Picciani (RJ), ao defender a proposta.

Para o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), pelo fato de limitar as doações apenas aos partidos, a proposta dá muito poder aos dirigentes. “A direção partidária, além de poder ocultar as doações, vai escolher quem poderá ou não se eleger.”

Polêmica - A medida, o item mais polêmico nos debates sobre a reforma política, também teve o aval do deputado Mario Heringer (PDT-MG). “Quem vai dizer na rua que o povo tem de pagar as campanhas do depu-



Com a votação do destaque, o Plenário concluiu a votação da reforma política, que vai ao Senado

Os deputados também aprovaram projeto que tipifica os crimes de terrorismo, com até 30 anos de prisão

tado estadual, federal e dos políticos em geral?”

Para o líder do Psol, deputado Chico Alencar (RJ), no entanto, são as doações de empresas que perpetuam oligarquias na política. Nos debates, ele defendeu o financiamento público.

Terrorismo - O Plenário também aprovou proposta que tipifica o crime de terrorismo e prevê pena de reclusão de 12 a 30 anos em regime fechado, sem prejuízo

das penas relativas a outras infrações decorrentes.

O texto aprovado é o parecer do relator, Arthur Oliveira Maia (SD-BA), para o Projeto de Lei 2016/15, do Poder Executivo. A proposta inicial do governo previa pena de 8 a 12 anos de prisão.

Os deputados também aprovaram, por 362 votos a 85, emenda aglutinativa que inclui na definição de terrorismo que sua prática seja por motivo de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião.

Segundo o texto aprovado, o terrorismo é tipificado como a prática, por um ou mais indivíduos, de atos por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de

raça, cor, etnia e religião, com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública e a incolumidade pública.

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) disse que a lei é necessária para que o Brasil seja plenamente aceito pela comunidade internacional. “O Brasil faz parte do mundo civilizado, que não quer o terrorismo”, disse.

Já o líder do PCdoB, Jandira Feghali (RJ), e o deputado Ivan Valente (Psol-SP) criticaram a proposta, alertando para o risco de enquadramento de movimentos sociais na nova norma.

Cunha vai ao STF por rito sobre contas

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, entregou ontem ao Supremo Tribunal Federal as explicações da Casa contra o mandado de segurança impetrado pela presidente da Comissão Mista de Orçamento, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), que pede a suspensão da votação pela Câmara das contas de governos anteriores.

Segundo Cunha, a contestação tem como base quatro linhas de argumentação: perda do objeto, pois não há como suspender uma votação que já ocorreu; perda de legitimidade ativa, pois a senadora não teria legitimidade no âmbito da CMO para cancelar a votação; perda de legitimidade passiva, pois foi o Congresso que distribuiu para a Câmara a votação das contas presidenciais; e análise de mérito, mostrando que foi irregular o pedido da senadora.

“Eu fiz o meu papel de prestar informações e esclarecer, como eu faço sempre”, afirmou Cunha. Segundo o presidente da Câmara, o STF deve examinar o pedido com a maior brevidade.

Texto sobre especialidades médicas será objeto de negociação

Devido à concordância dos autores, o Plenário deixou de analisar o pedido de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo 157/15, dos deputados Mandetta (DEM-MS) e Mendonça Filho (DEM-PE), que suspende os efeitos de decreto do Executivo sobre a regulamentação do Cadastro Nacional de Especialistas, cuja criação está prevista na lei do programa Mais Médicos (12.871/13).

O Decreto 8.497/15 pretende recolher dados mais precisos sobre as especiali-

“Como o decreto prevê que o cadastro será implementado em 120 dias, a comissão terá tempo para revisar os termos.”

Deputado Leonardo Picciani

dades médicas de cada profissional para a construção de políticas voltadas à melhor distribuição dos médicos no País.

Entretanto, os deputados da oposição criticaram os

termos do decreto por considerarem que exorbitam os poderes de regulamentação ao entrar em detalhamentos de competência dos órgãos do setor, como o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Médica Brasileira (AMB).

Negociação - A desistência da votação do regime de urgência ocorreu após proposta do ministro da Saúde, Arthur Chioro, relatada pelo líder do PMDB, deputado Leonardo Picciani (RJ), e negociada com as entidades dos

médicos, que prevê a criação de comissão para rever a redação do decreto.

Essa comissão terá duas semanas para trabalhar um novo texto e será composta por quatro deputados, da base e da oposição, e representantes das entidades, principalmente a AMB e o CFM. Pelo governo, deverão participar o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação.

Análise - Um estudo preliminar do Ministério da Saúde aponta desigualdade

em bancos de dados sobre a formação de médicos especialistas. Na primeira área analisada, a oftalmologia, a variação de dados foi de 75,6%.

Segundo o Ministério da Saúde, o índice ultrapassa 80% no Nordeste e no Sudeste, por exemplo, o que impossibilita melhor avaliação sobre a distribuição dos especialistas no País. As maiores disparidades estão em Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Amazonas.

Parlamentares defendem projetos de interesse da Marcha das Margaridas

Movimento de trabalhadoras rurais foi homenageado em sessão solene do Congresso

A 5ª Marcha das Margaridas, que reuniu ontem em Brasília entre 35 mil e 70 mil trabalhadoras rurais e integrantes de sindicatos e movimentos sociais, foi homenageada em sessão solene do Congresso. O número de participantes varia de acordo com a fonte de avaliação, se a Polícia Militar ou a Contag, organizadora do evento.

A marcha é uma homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), assassinada em 1983 por lutar pelos direitos trabalhistas. Neste ano, o tema da marcha foi “Margaridas seguem em marcha pelo desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, liberdade e igualdade”.

A líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), citou um dos pontos principais de reivindicação das margaridas. “É a demanda e a exigência de que não apenas o Congresso, mas o governo execute o ‘cumpra-se’ no combate à violência contra as mulheres, e contra a violência no campo também.”

Proposta pelo deputado



Lucio Bernardo Jr.

Participantes da Marcha das Margaridas, deputados e senadores, no plenário do Senado

Odorico Monteiro (PT-CE), a sessão foi presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), para quem a luta das trabalhadoras rurais “é também uma luta de todas as brasileiras por uma sociedade mais justa, mais igual”.

Odorico Monteiro criticou a chamada “agenda conservadora” do Congresso. Ele citou como exemplo a Proposta de Emenda à Constituição

(PEC) 171/1993, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. Para o deputado, a aprovação em 1º turno pela Câmara significou “uma clara derrota para o Brasil, a juventude e os direitos humanos”.

Representando a Marcha das Margaridas, a sindicalista Carmen Foro citou, entre outros projetos rejeitados pelo movimento, o que criminaliza o aborto eugênico mes-

mo no caso de anencéfalos, e o que “precariza as relações de trabalho” (PL 4330/2004, aprovado pela Câmara.

“A redução da maioria penal significa uma clara derrota para o Brasil, a juventude e os direitos humanos.”

Deputado Odorico Monteiro

DISCURSO

Baleia Rossi destaca projeto sobre nota fiscal nacional

O deputado Baleia Rossi (PMDB-SP) prestou contas, no Plenário, sobre seu mandato e destacou projetos apresentados no primeiro semestre. Um deles objetiva combater a sonegação.

“Nós temos uma experiência muito importante e que foi um grande sucesso no estado de São Paulo: a Nota Fiscal Paulista. Estamos propondo, aqui na União, a Nota Fiscal Brasileira. É um projeto que pode contribuir com o debate amplo, numa área específica de defesa do consumidor, de defesa do cidadão”, disse.

Outra proposta destacada pelo deputado visa economizar e racionalizar o consumo de energia, água e gás, obrigando as concessionárias de serviços públicos a instalar medidores individuais de consumo nas novas unidades residenciais, edifícios e condomínios. Essa medida, explicou, é adotada com grande sucesso em alguns municípios e, por isso, poderia ser estendida ao País.

“Apresentei ainda projeto que cancela o cadastro de estabelecimentos comerciais que trabalham com madeiras extraídas ilegalmente de nossas florestas. Apresentei a mesma proposta também em São Paulo, como deputado estadual. Hoje, já é lei e exemplo também para todo o Brasil”, acrescentou.

Ele destacou ainda projeto que cria programa nacional de prevenção e controle da obesidade. “Esse é um tema que afeta a saúde pública. A Organização Mundial da Saúde estima que quase 3 milhões de pessoas morram todos os anos por causa da obesidade ou de doenças dela decorrentes”, explicou.

Gustavo Lima



Rossi: defesa do consumidor

MEIO AMBIENTE

Debatedores questionam regras para as áreas de proteção permanente nas cidades

Especialistas criticaram, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, a exigência do Código Florestal de estabelecer limite de no mínimo 30 metros para proteção de margens de cursos d’água, riachos e rios inclusive dentro de cidades.

Mario Augusto Cardoso, da Confederação Nacional da Indústria, disse que, pelo código, casas do Recife antigo, e até construções de São Paulo, às margens dos rios Pinheiros e Tietê, violam as regras de preservação.

A audiência debateu a regulamentação dessas áreas

“Pela obscuridade do assunto no Código Florestal, estados e municípios acabam indo para a ilegalidade.”

Deputado Alberto Filho

de proteção permanente, tema do PL 6830/13, em análise no colegiado. Cardoso citou o exemplo da capital do Amazonas, Manaus, que está às margens do rio Negro. “Você teria que tirar todas as construções, habitações da região. É inviável.”

Transferência - O projeto estabelece que, em áreas urbanas, as margens de curso d’água natural terão a largura determinada por planos diretores e leis de uso do solo, ouvidos os conselhos estaduais e municipais de meio ambiente.

Para o representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Nilson Sarti, o mais importante é não perder o foco no setor. “Nosso objetivo é ter a garantia da preservação do meio ambiente e o crescimento sustentável das cidades. Não adianta restringir e

criar ocupações informais.”

O relator da proposta, deputado Alberto Filho (PMDB-MA), explicou que o texto busca esclarecer a questão. “Pela obscuridade do assunto no Código Florestal, muitas vezes estados e municípios tomam iniciativa e acabam indo para a ilegalidade.”

Caio Carmona Portugal, do Secovi/SP, defendeu a criação de instrumentos legais que resolvam os problemas de conflito entre União, estados e municípios e os órgãos de meio ambiente, que levam a ações no Judiciário.

CPI investigará abuso em rodeios e vaquejadas

O presidente Ricardo Izar espera ampliar o objeto das investigações; plano de trabalho será avaliado hoje no colegiado

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos a Animais, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), quer ampliar a lista de casos investigados – inclusive abusos em rodeios e vaquejadas. O colegiado deve se reunir hoje para a apresentação do plano de trabalho do relator, deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP).

Em princípio, a comissão vai se debruçar sobre os fatos determinados que justificaram a sua criação. Entre eles estão os casos de Santa Cruz do Arari (PA), onde o prefeito teria autorizado a caça de cães como forma de controle populacional; do Instituto Royal, de São Roque (SP), de onde ativistas resgataram cães e coelhos vítimas de supostos maus-tratos; e do Centro de Zoonoses de Poços de Caldas (MG), alvo de denúncias de crueldades.

Ampliação - Izar lembrou que tenta criar essa CPI desde 2011 e, para isso, chegou a apresentar um projeto de resolução (PRC 204/13) que previa investigação de denúncias envolvendo rodeios e vaquejadas. Na época, houve resistência de alguns líderes partidários. Agora, porém, o deputado vê caminho livre para esta apuração.

“O trabalho da CPI vai se voltar para os fatos determinados, o que não nos impede de expandir um pouco mais”,



Antonio Augusto

Wilson Ligiera (E) e Ricardo Izar, durante audiência na Comissão de Meio Ambiente da Câmara

disse. “Já recebi mais de mil e-mails com denúncias de maus-tratos. Como essa

CPI foi aberta sem precisar de aval dos líderes, então o acordo que havia de não to-

car no assunto rodeios agora não existe mais”, afirmou o presidente da comissão.

“Hoje, o Brasil praticamente não tem política pública no que diz respeito aos direitos dos animais.”

Deputado Ricardo Izar

Também deve ser investigado o caso de um promotor do Rio Grande do Norte que, no ano passado, autorizou a degustação de carne de jumento entre os presos da cidade de Apodi. Os jumentos foram abatidos com a justificativa de tirá-los das estradas.

Marco - Izar quer fazer da CPI um marco para mostrar que é de todas as pessoas, e não só dos governos, a responsabilidade na questão dos maus-tratos a animais.

“A gente precisa fazer nessa CPI não só uma apuração de maus-tratos e indiciamento dos culpados, mas também uma comissão propositiva, que sugira projetos de lei para mudar a realidade no Brasil”, afirmou.

“Hoje, o Brasil praticamente não tem política pública no que diz respeito aos direitos dos animais. O Código Penal não tipifica o que são maus tratos, e as penas são muito brandas. O Código Civil brasileiro trata o animal como coisa e não como sujeito de direito, que sente, sofre, tem frio e dor.”

OAB paulista pede apuração de denúncias

A Comissão de Proteção e Defesa Animal do Estado de São Paulo, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), recebeu denúncias de que a triagem dos animais que devem ser sacrificados é feita pelos agentes e não por veterinários no Centro de Zoonoses de Taboão da Serra (SP).

O presidente da comissão, Wilson Ligiera, foi um dos palestrantes em audiência da Comissão de Meio

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que discutiu, na terça-feira (11), o extermínio ilegal de cães e gatos.

Em Taboão da Serra, há ainda a acusação, entre outras, de que existe uma lista de casos em que o animal deve ser submetido à eutanásia quando, na verdade, há chance de cura.

Segundo Ligiera, as denúncias partiram de um funcionário do centro de zoono-

ses que dizia não aguentar mais a situação e que estava cansado de pedir alguma solução à prefeitura e ao governo do estado. A testemunha forneceu documentos, fotos e vídeos dos maus-tratos.

Na audiência, o deputado Ricardo Izar afirmou que as denúncias serão analisadas pela CPI dos Maus-Tratos a Animais. Para ele, alguns centros de zoonoses do País são “campos de extermínio”.

Comissão sobre crimes cibernéticos define presidente

A presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Crimes Cibernéticos, deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO), adiantou que as investigações devem ir além dos crimes financeiros praticados pela internet, envolvendo outros tipos de violações, como a pedofilia e os ataques à privacidade das pessoas.

A deputada foi eleita na terça-feira (11) e indicou o deputado Esperidião Amin (PR-SC) como relator. Também foram eleitos os deputados Leo de Brito (PT-AC), 1º vice-presidente; Marco Feliciano (PSC-SP), 2º vice; e João Arruda (PMDB-PR), 3º vice.



Zeca Ribeiro

A deputada Mariana Carvalho, eleita para a presidência da CPI

Originalmente, a CPI foi requerida para investigar o desvio de recursos de correntistas bancários e o tráfico de pessoas por meio da internet. Em setembro de

2014, uma operação da Polícia Federal desarticulou uma quadrilha suspeita de desviar pela internet mais de R\$ 2 milhões. Além disso, um relatório da Central Na-

cional de Denúncias de Crimes Cibernéticos apontou um crescimento nas denúncias envolvendo suspeitas de tráfico de pessoas.

Ampliação - Durante a reunião, o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) lembrou outros tipos de crimes. “É fundamental que a CPI enfrente os crimes virtuais de ataque à honra”, afirmou, citando a destruição de reputações, a difamação, a apologia à pedofilia e a homofobia.

“É importante que a CPI enfrente isso, não se preocupe só com as perdas bancárias, financeiras, das pessoas ricas. Que a gente proteja o cidadão que está plugado. Não podemos esquecer que

no Guarujá [SP] uma mulher foi linchada até a morte por causa de boato que circulava na internet”, destacou.

Mariana Carvalho disse que os crimes cibernéticos também são frequentes no Brasil porque o País é um dos campeões mundiais no uso da internet. “Atingimos mais de 750 minutos por dia”, disse, lembrando que isso é quase o dobro da média mundial, de conexão diária de 356 minutos.

Para Mariana Carvalho, crimes são frequentes porque o Brasil é um dos líderes no uso da internet

Frente parlamentar mista defende presidencialismo participativo

Grupo de 202 deputados e 11 senadores sugere mudança gradual para o parlamentarismo

Parlamentares defenderam ontem uma mudança gradual do presidencialismo para o parlamentarismo, durante o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Presidencialismo Participativo, composta por 213 participantes, entre deputados (202) e senadores (11).

O coordenador da frente, deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), disse que a reforma parlamentarista é uma solução para o Brasil. Porém, a mudança seria paulatina. “No primeiro momento, o presidente continua com quase todas as atribuições. Depois de seis anos da experiência nesse modelo de presidencialismo participativo, iríamos para o segundo momento, do parlamentarismo.”

Em 2005, Andrada foi o relator da comissão especial que analisou a proposta de emenda à Constituição (PEC 20/95), de autoria do ex-deputado Eduardo Jorge, que cria o sistema parlamentarista de governo no Brasil.

Pelo substituto de Andrada, o presidente da República nomearia um ministro-coordenador, logo após a promulgação da proposta, para ser o interlocutor com o Legislativo. Esse ministro, indicado e demitido pelo presidente, teria de comparecer a cada 30 dias ao Congresso para prestar contas das atividades do governo e faria a transição para o parlamentarismo.



Parlamentares participam do lançamento da frente em defesa do presidencialismo participativo

55,58%
optaram, no plebiscito de 1993, pelo presidencialismo

De acordo com Andrada, o atual sistema presidencialista deixa o Executivo muito isolado em relação ao Legislativo. A aproximação ocorreria, segundo ele, se o chefe da Casa Civil viesse ao Legislativo a cada 15 dias e debatesse as questões nacionais.

Crises - “O presidencialismo brasileiro é imperial e todas as crises foram transferidas para o povo”, criticou o secretário da frente, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Segundo ele, não há casuismo na criação da frente em relação ao atual momento de fragilidade do Executivo.

“Foi um erro de marketing o plebiscito [de 1993], queremos uma reengenharia do presidencialismo, vamos fazer um modelo híbrido”, afirmou. Nas duas vezes em que o povo foi consultado para decidir entre o sistema parlamentarista e presidencialista – em 1963 e em 1993 – o presidencialismo ganhou por larga maioria.

“Acredito que o modelo de coalizão está falido, esta troca de cargos”, disse o deputado Walter Ithoshi (PSD-SP), em relação ao chamado presidencialismo de coalizão.

“O presidencialismo brasileiro é imperial, e todas as crises foram transferidas para o povo.”

Deputado Luiz Carlos Hauly

zão, em que a fragmentação do Legislativo entre vários partidos obriga o Executivo a buscar maioria no Congresso e, assim, a governabilidade.

Imediato - Em 15 de julho, foi lançada na Câmara a Frente Parlamentar Franco Montoro em Defesa do Parlamentarismo, que terá como principal bandeira a aprovação da PEC 20/95. Essa frente conta com 225 deputados e é liderada pelo deputado Penna (PV-SP).

Para Andrada, porém, não daria certo implementar instantaneamente o sistema parlamentarista porque o presidencialismo está arraigado na cultura do País – a alteração precisa ser gradual, disse. “A gente sabe que se falar de parlamentarismo diretamente no Brasil, a gente assusta”, analisou.

DISCURSO

Luiz Cláudio cobra explicação sobre demissões em frigoríficos

O deputado Luiz Cláudio (PR-RO) cobrou do governo de Rondônia uma ação mais efetiva com relação aos frigoríficos. “A Friboi, que é a maior indústria frigorífica do Brasil, maior exportadora de carne do Brasil, nesses últimos 60 dias fechou dois frigoríficos no estado. Demitiu mais de mil trabalhadores. Rondônia, há mais de oito anos, tem dado incentivos tributários e fiscais para as indústrias se estabelecerem. É uma irresponsabilidade elas fecharem as suas portas sem dar nenhuma satisfação aos trabalhadores.”

O deputado afirmou também que Rondônia vinha mantendo uma remuneração ao pecuarista e ao produtor rural com um preço igual ao de Mato Grosso e de Goiás. Hoje, a diferença é de R\$ 20 reais por arroba em relação a esses dois estados.

“Não há justificativa. Eu faço uma cobrança ao secretário de Estado de Rondônia que exija dessas indústrias uma explicação, um esclarecimento. Qual a justificativa de baixar tanto o preço da arroba do boi em relação a Mato Grosso?”, questionou.

“Que o governo do estado possa também cobrar maiores esclarecimentos, porque não encontro justificativa para baixar preço neste momento, se tudo está aumentando. Quem é prejudicado são as economias regionais, são os municípios que dependem da agricultura, do leite, do café e da pecuária”, acrescentou o deputado.

De acordo com Luiz Cláudio, a hora é de unir forças em favor do Brasil e de aprovar medidas que sejam necessárias para que o País volte a crescer e a gerar emprego para população.

Gustavo Lima



Luiz Cláudio: contra demissões

LIBERDADE RELIGIOSA

Congressistas apoiam projeto de estatuto

A Frente Parlamentar Mista para a Liberdade Religiosa espera que o encontro nacional, realizado na terça-feira (11), possa contribuir para a discussão do projeto do Estatuto da Liberdade Religiosa (PL 1219/15), em tramitação na Câmara.

O deputado João Campos (PSDB-GO) disse que a frente defende o Estado laico e acredita que o Brasil é

um país tolerante, mas atua preventivamente para garantir o direito à manifestação religiosa.

“Há setores minoritários que procuram dar uma interpretação errada ao conceito de Estado laico, como se a laicidade fosse algo que combinasse com o ateísmo, com a proibição de Deus, criando uma vertente, uma tese, que pudesse amanhã, dentro dessa lógica da laicidade,

estabelecer limites e restringir a liberdade religiosa no País”, disse Campos.

“A frente parlamentar tem um papel preventivo de impedir que limitações à liberdade religiosa possam acontecer a partir de interpretações e conceitos equivocados acerca da laicidade do Estado”, afirmou.

Pesquisa - Segundo o parlamentar, um estudo do Centro de Pesquisas Pew mostra

o Brasil em primeiro lugar entre 25 países no quesito liberdade religiosa. João Campos lembrou, no entanto, que recentemente foram registrados episódios de intolerância em manifestações de rua.

A Frente Parlamentar Mista para a Liberdade Religiosa é coordenada pelo deputado Moroni Torgan (DEM-CE) e conta com 207 deputados e 12 senadores.

Petrobras confirma investimento de R\$ 400 bi

Deputados pediram solução para demissões por estaleiros e outros impactos negativos da Operação Lava Jato

O chefe de gabinete da presidência da Petrobras, Armando Toledo, afirmou ontem que está mantida a projeção de investimento de R\$ 400 bilhões pela empresa nos próximos quatro anos. “É mais do que a soma de investimentos de todos os estados do País”, destacou, em fórum permanente de debates da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara.

O fórum, composto de trabalhadores, empresários e integrantes do governo, busca construir alternativas aos impactos negativos da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, na atividade econômica nacional.

“Mesmo de forma enxugada, a Petrobras vai investir muito dinheiro, que vai ser distribuído de forma correta, sem superfaturamento, sem propina. O dinheiro vai ser aplicado nas finalidades e isso gera um resultado fantástico”, disse Toledo. Segundo ele, corrigir os motivos que causaram a “desgraça” na empresa é “problema do Ministério Público, da Polícia Federal e da Justiça”.

De acordo com Toledo, a Petrobras vai buscar parcerias, inclusive com outros países, para ajudar a cumprir seus objetivos. “A maior dívida corporativa do mundo tem que ser cuidada, e, para



Navio-plataforma Cidade de Itaguaí, que começou a operar em julho no pré-sal; no destaque, Toledo

“A Petrobras vai investir muito dinheiro, que vai ser distribuído de forma correta, sem superfaturamento, sem propina.”

Armando Toledo, da Petrobras

isso, é necessário trazer parceiros”, disse. “Nem todos os objetivos anteriormente desenhados serão levados adiante, porque alguns projetos precisam de dinheiro muito grande, como tudo na área de petróleo.”

Conforme Toledo, a ideia

é focar na exploração, produção, refinamento e distribuição de petróleo e “deixar para segundo plano o que não mereça a principal atenção”. Ainda segundo o representante da Petrobras, a empresa “dá dois passos para trás para depois dar dois passos para frente”.

Demissões - O deputado Valtenir Pereira (Pros-MT), que solicitou a reunião, disse que a Operação Lava Jato está “passando o Brasil a limpo”, mas está causando impacto negativo na economia e no emprego. “As empresas da indústria naval –

estratégicas para a economia e para o emprego – estão sendo afetadas”, explicou.

O deputado Fernando Jordão (PMDB-RJ) pediu que a Petrobras arranje solução para pagar os estaleiros brasileiros, alguns ameaçados de fechar, com possíveis demissões em massa.

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Vicente Cândido (PT-SP), disse acreditar que é possível construir soluções para a situação do setor, diante das riquezas e da inteligência na área.

CPI discute habeas corpus com ministro

Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras vão se encontrar hoje, às 19h30, com o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal. Na reunião, no STF, serão discutidos os pedidos de habeas corpus impetrados por depoentes que pedem para não ser obrigados a responder perguntas. Celso de Mello tem sido relator desses pedidos.

O presidente da CPI, deputado Hugo Motta (PMDB-PB), solicitou a audiência depois que o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco pediu para não participar de acareação alegando problemas de saúde. A mesma estratégia foi adotada por outros depoentes convocados pela CPI, o que fez os deputados tomarem a iniciativa de procurar Celso de Mello e o presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski.

Frente protesta contra ideia de capital estrangeiro no pré-sal

Em ato público promovido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras, deputados, senadores e representantes de movimentos sociais se posicionaram contra o projeto de lei (PLS 131/15), do senador José Serra (PSDB-SP), que permite uma maior participação de empresas multinacionais na exploração do pré-sal.

Pela proposta do senador, fica definida ainda a não obrigatoriedade de participação da Petrobras no modelo de exploração de partilha e também a retirada da condicionante de participação mínima da estatal em pelo menos 30% de cada licitação.

Serra argumenta na proposta que as obrigações im-



Ato em Defesa da Democracia, da Educação e da Petrobras

postas à Petrobras no regime de partilha representam um ônus à estatal e ao próprio pré-sal.

O coordenador da frente, deputado Davidson Maga-

lhães (PCdoB-BA), discor- da do senador e afirma que a desvalorização da estatal está ligada ao momento de instabilidade do mercado internacional de petróleo. “Ce-

No dia 1º de setembro, a frente vai lançar manifesto para mostrar a importância dos recursos do pré-sal para a educação

der parte do pré-sal, em um momento de baixa do petróleo, é entregar isso ao capital internacional”, afirmou.

Educação - O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) mostrou preocupação, pois acredita que, caso a proposta de Serra se torne lei, menos recursos serão destinados à educação brasileira. O Plano Nacional da Educação, sancionado pela presidente Dilma Rousseff no ano passado,

prevê que 75% dos royalties do petróleo devem ser investidos na educação do País, pelos próximos dez anos.

A presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carina Vitral, disse que a entidade está mobilizada para impedir que mudanças ocorram nas regras de exploração do pré-sal.

No dia 1º de setembro, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras, em parceria com movimentos ligados à educação, vão lançar em todas as universidades e escolas de ensino médio do Brasil um manifesto para mostrar aos estudantes a importância da manutenção do regime de partilha na exploração do pré-sal.

Relator apresenta proposta para as estatais

Anteprojeto da Lei da Responsabilidade das Estatais deverá ser votado por comissão mista na próxima quarta-feira

O relatório contendo a minuta do projeto da Lei da Responsabilidade das Estatais foi apresentado ontem em reunião da comissão mista encarregada de elaborar a proposta, que busca uma gestão mais transparente e independente da interferência do Executivo.

O prazo para apresentação de emendas termina hoje, às 18h. A comissão mista volta a se reunir na próxima quarta-feira (19), para discussão e votação do relatório, de autoria do deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA). Se aprovado, será transformado em projeto de lei e iniciará a tramitação legislativa primeiramente na Câmara e depois no Senado.

Diferentemente da atual Lei de Responsabilidade Fiscal, com foco nos limites de gastos públicos, a Lei de Responsabilidade das Estatais deverá buscar parâmetros para uma fiscalização mais efetiva da gestão das empresas e entidades públicas.

Conselhos - Em entrevista ontem à Rádio Câmara, Arthur Oliveira Maia destacou o papel mais independente e técnico que pretende dar aos conselhos de administração, que são órgãos de fiscalização permanente das diretorias das estatais.

“Hoje, os conselhos de administração, muitas vezes, são ocupados por indicação



Lucio Bernardo Jr.

O senador Tasso Jereissati (E), presidente da comissão mista, e o relator, Arthur Oliveira Maia

A ideia é proibir as estatais de se afastarem da função socioempresarial para a qual foram criadas

política. Temos que fazer, a partir desta lei, uma exigência de natureza técnica: para participar de um conselho, o cidadão deve ter uma capacitação técnica comprovada em relação àquela área em que vai atuar”, disse.

Para reduzir a interferência do Executivo nas decisões dos conselhos de administração, Maia sugere proibir que qualquer detentor de cargo

de comando na administração pública – um ministro, por exemplo – integre esses colegiados.

O relator também quer ampliar para pelo menos 20% o número de participantes independentes nos conselhos. Como exemplo, citou engenheiros de mineração que poderiam integrar o conselho da Petrobras para garantir decisões mais técnicas e abalizadas.

“São pessoas que têm um posicionamento que não está vinculado ao acionista majoritário nem ao governo, como, por exemplo, a participação dos acionistas minoritários. Também estamos

considerando a possibilidade de colocar, como representantes independentes, pessoas que representem categorias profissionais”, disse.

Sabatinas - O relator descartou a possibilidade de sabatinas de diretores das empresas e entidades públicas pelo Senado, já que seria inviável diante do grande número de estatais no País – são mais de 140 – e da intenção de não interferir em prerrogativa exclusiva do presidente da República.

Mas, segundo Arthur Oliveira Maia, a ideia é proibir as estatais de se afastarem da função socioempresarial para a qual foram criadas.

O ANTEPROJETO

Os indicados para os conselhos de administração e diretorias, segundo o relator, deverão ter:

- experiência mínima profissional de 10 anos na área de atuação da estatal
- atuação profissional efetiva mínima de dois anos em cargo de direção de sociedade empresarial de mesmo porte
- formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado

94

artigos compõem o texto de Arthur Oliveira Maia

“A Petrobras, por exemplo, foi criada para atuar na área de petróleo e gás, mas acontece que, no ano passado a presidente da República utilizou a empresa como instrumento de política econômica, na medida que começou a fazer com que a Petrobras comprasse gasolina mais cara, no exterior, para vender aqui mais barato, sob o argumento de que, se aumentasse o preço da gasolina, iria aumentar a inflação”, disse o relator. “Hoje sabemos que, naturalmente, isso foi uma manobra de natureza eleitoral. E isso trouxe um profundo prejuízo para a empresa”, concluiu.

Efraim Filho presidirá a CPI dos Fundos de Pensão

O deputado Efraim Filho (DEM-PB) foi eleito presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão, que deve investigar indícios de aplicação incorreta de recursos e de manipulação na gestão em fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e de servidores públicos no período entre 2003 e 2015.

“A grande novidade desta CPI é que não há uma investigação paralela”, disse Efraim, em alusão à CPI da Petrobras, que acontece em paralelo à Operação Lava Jato, da Polícia Federal, sobre desvio de recursos da Petrobras.



Alex Ferreira

O presidente Efraim Filho (D) conversa com o relator, Sérgio Souza

Ampliação - Para a relatoria foi escolhido o deputado Sérgio Souza (PMDB-PR).

Ele disse que o trabalho da comissão poderá ir além da investigação dos fundos de

“Não podemos nos restringir a alguns fundos. O Parlamento tem obrigação de fiscalizar.”

Deputado Sérgio Souza

pensão da Petrobras (Petros), dos Correios (Postalis), da Caixa Econômica Federal (Funcef) e do Banco do Brasil (Previ).

“Nós não podemos nos restringir a esses fundos. O Parlamento tem obrigação de fiscalização. Se tiver indícios em outros fundos com certeza vamos avançar”, afirmou. Souza disse ainda que

irá convidar todos os presidentes dos quatro fundos de pensão para falar sobre a gestão dos recursos para aposentadoria dos servidores dessas estatais.

Vices - Também foram escolhidos o 1º vice-presidente, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), 2º vice-presidente, deputado Samuel Moreira (PS-DB-SP), e 3º vice-presidente, deputado Hissa Abrahão (PPS-AM).

A próxima reunião será na terça-feira (18), às 14h, para apresentação do roteiro de trabalhos da comissão e votação de requerimentos. A CPI é composta por 26 membros titulares e 26 suplentes.